

**HABEAS CORPUS Nº 493.159 - SP (2019/0040871-7)**

**RELATOR** : **MINISTRO SEBASTIÃO REIS JÚNIOR**  
**IMPETRANTE** : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO  
**ADVOGADOS** : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO  
MARIANA CHAIB - SP313698  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO  
**PACIENTE** : PAULO DOS SANTOS CRUZ (PRESO)

**EMENTA**

*HABEAS CORPUS*. EXECUÇÃO PENAL. PROGRESSÃO DE REGIME PRISIONAL. DATA-BASE. DATA DA CONCESSÃO DO BENEFÍCIO. ILEGALIDADE. CARÁTER DECLARATÓRIO DA DECISÃO. DATA DO PREENCHIMENTO DOS REQUISITOS LEGAIS. ART. 112 DA LEP. PRECEDENTES.

Ordem concedida liminarmente nos termos do dispositivo.

**DECISÃO**

Trata-se de *habeas corpus* impetrado em favor de **Paulo dos Santos Cruz** contra o acórdão proferido pela Décima Terceira Câmara de Criminal do Tribunal de Justiça de São Paulo no Agravo em Execução n. 0004490-60.2018.8.26.0026.

A impetrante alega, nas suas razões, em síntese, que o paciente teria sido beneficiado com a progressão para o regime semiaberto e, na elaboração de novo cálculo de penas, teria sido fixada como data-base para novos benefícios – especialmente a progressão ao regime aberto –, a data da concessão do regime semiaberto, e não a data em que adquiriu o direito ao privilégio.

Afirma estar escancarada a plausibilidade do direito invocado, bem como o risco da demora, motivo pelo qual requer a concessão da liminar para determinar a retificação do cálculo (fls. 3/8).

É o relatório.

Observa-se, de fato, que o Juízo da execução considerou como data-base para obtenção de nova progressão de regime a data do efetivo

ingresso no novo regime de cumprimento de pena (fl. 27 – grifo nosso):

[...]

**Pela redação do referido artigo não vejo como entender a decisão sobre a progressão de regime como sendo de natureza exclusivamente declaratória**, a se permitir a solução de progressão de acordo com o momento em que atingido o lapso, mormente, diante da necessidade de avaliação atualizada do comportamento carcerário.

Além disso, o dispositivo ao mencionar, "ao menos um sexto da pena" evidencia que este lapso mínimo pode ser superado porque não é independente do requisito subjetivo, devendo, pois, ser compatibilizado com este último, o que somente pode ser feito por ocasião do momento da decisão de progressão de regime.

Por fim, adotado o entendimento de que a situação a ser analisada é a existente na data em que auferido o lapso para progressão, dado a sentença natureza eminentemente declaratória, me parecer haver risco de desrespeito às demais normas que vedam a progressão, sobretudo, diante da dificuldade de compatibilizar o entendimento da natureza declaratória desta em relação ao lapso, nas hipótese de prática de falta grave após este e antes da prolação da sentença.

[...]

Tal compreensão foi mantida pelo Tribunal local, conforme se observa do seguinte excerto (fl. 32):

[...]

De fato. O artigo 112 da LEP dispõe claramente que a progressão de regime será concedida "quando o preso tiver cumprido ao menos um sexto da pena no regime anterior".

Assim, tendo o sentenciado ingressado no regime intermediário no dia 15 de dezembro de 2017 (fls. 09 a 10), deve efetivamente cumprir o lapso temporal estabelecido em lei para pleitear nova progressão.

[...]

Assiste razão à impetração ao afirmar que o acórdão não espelha a jurisprudência mais recente do Superior Tribunal de Justiça.

De fato, após o julgamento proferido pelo Supremo Tribunal Federal no HC n. 115.254/SP, esta Corte Superior, revendo o entendimento anterior, passou a entender que, na execução da pena, o marco para a progressão de regime será a data em que o apenado preencher os requisitos legais (art. 112 da

LEP), e não a do início do cumprimento da reprimenda no regime anterior.

A decisão que defere a progressão de regime tem natureza declaratória e não constitutiva.

Nesse sentido: AgRg no REsp n. 1.721.008/SP, de minha relatoria, Sexta Turma, DJe 6/6/2018; e HC n. 309.087/RS, Ministro Nefi Cordeiro, Sexta Turma, DJe 9/2/2017.

Ante o exposto, **concedo liminarmente o habeas corpus** a fim de determinar a realização de novos cálculos da pena imposta ao paciente, considerando como data-base para a concessão de nova progressão de regime a data do adimplemento do requisito objetivo da última progressão concedida.

Comunique-se com urgência.

Intime-se Ministério Público estadual.

Publique-se.

Brasília, 13 de fevereiro de 2019.

Ministro Sebastião Reis Júnior  
Relator